

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR À  
ACTUAÇÃO DO GOVERNO EM RELAÇÃO À FUNDAÇÃO PARA AS  
COMUNICAÇÕES MÓVEIS

4 DE MARÇO DE 2010

6.<sup>a</sup> REUNIÃO

ORDEM DE TRABALHOS:

*AUDIÇÃO DO SR. DR. RUI GRILO, EX-CHEFE DO GABINETE E COORDENADOR  
ADJUNTO DO PLANO TECNOLÓGICO.*

O Sr. **Presidente** (Miguel Macedo)

**Oradores:**

Bruno Dias (PCP)

Ramos Preto (PS)

Emídio Guerreiro (PSD)

Hélder Amaral (CDS-PP)

Pedro Filipe Soares (BE)

Luís Gonelha (PS)

O Sr. **Presidente** (Miguel Macedo): — Srs. Deputados, estamos em condições de iniciar a nossa reunião.

*Eram 15 horas e 14 minutos.*

Srs. Deputados, vamos receber em audiência o Sr. Dr. Rui Grilo, que foi, recorde, Coordenador Adjunto do Plano Tecnológico.

Uma vez que esta audição foi solicitada pelo PCP, a primeira intervenção irá ser do Sr. Deputado Bruno Dias, a que se seguirá a regra normal, que é o PS, o PSD, o CDS-PP e o BE.

*Entretanto, deu entrada na sala o Sr. Dr. Rui Grilo (ex-Chefe do Gabinete e Coordenador Adjunto do Plano Tecnológico).*

Sr. Dr. Rui Grilo, agradeço a sua presença nesta Comissão de Inquérito e informo a Comissão que o Sr. Dr. Rui Grilo prescinde da intervenção inicial, razão pela qual, como já tive oportunidade de dizer, por a audição ter sido solicitada pelo PCP, segundo as regras que acertámos internamente na Comissão, o Sr. Deputado Bruno Dias será o primeiro a colocar questões.

Assim, tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, começo, naturalmente, por cumprimentar o Sr. Dr. Rui Grilo e agradecer, antecipadamente, as informações e os esclarecimentos que poderá prestar a esta Comissão.

Como sabe, esta Comissão de Inquérito está a fazer um trabalho sobre a actuação do Estado e do Governo no âmbito do Programa e.escola e da Fundação para as Comunicações Móveis.

O Dr. Rui Grilo exerceu durante um tempo fundamental as funções de Coordenador Adjunto do Plano Tecnológico e, se não me engano, de Chefe de Gabinete do Dr. Carlos Zorrinho. Pela nossa parte, no momento da elaboração da lista de pessoas a ouvir nos nossos trabalhos, propusemos que fossem ouvidos o Dr. Carlos Zorrinho e o Dr. Rui Grilo pelas funções que exerceram nesta área. Por uma questão de agenda das pessoas envolvidas, e por mais nenhuma razão em especial, chegou-se à conclusão de que o Dr. Rui Grilo viria antes do Dr. Carlos Zorrinho.

Nós temos três ou quatro questões principais para colocar a V. Ex.<sup>a</sup>.

Em primeiro lugar, gostava que nos fizesse uma pequena síntese da actividade e da intervenção que teve nesta área: as actividades que tem desenvolvido, antes, durante e depois do Plano Tecnológico; que papel teve, de facto, no Plano Tecnológico, quais foram as suas funções nessa altura. Para enquadrar o seu percurso neste processo, gostaríamos que nos fizesse o enquadramento das actividades desenvolvidas antes, durante e depois do Plano.

Sr. Dr. Rui Grilo, se eu estiver enganado, peço-lhe que corrija, a informação que temos é a de que, antes de desenvolver as suas funções no âmbito do Plano Tecnológico, era nosso «vizinho», trabalhava no quadro da Assembleia da República ou no quadro político-partidário. Gostava que nos desse este esclarecimento, ou que me corrija se eu estiver enganado. Também gostava que confirmasse ou clarificasse a informação de que actualmente desempenha funções de coordenação e de responsabilidade na área da educação na empresa Microsoft.

Sobre a sua participação no Programa e.escola, pergunto: que contactos realizou no âmbito do Programa e.escola ou acerca do Programa e.escola com representantes das empresas, seja ao nível dos operadores (TMN, Vodafone, Sonaecom), seja ao nível de empresas que estiveram

associadas ao Programa e.escola, como é o caso da Intel, da Microsoft, da JP Sá Couto e/ou outras empresas?

Ainda no âmbito das funções que actualmente desempenha, partindo do princípio que é correcta a informação de que desempenha funções na área da educação na empresa Microsoft, pergunto se (penso que este é também um ponto com interesse para todos) desenvolve contactos, em nome da empresa, junto de entidades públicas, junto do Estado, junto de algum Ministério ou, ao fim e ao cabo, do Plano Tecnológico. Enquanto Coordenador Adjunto do Plano Tecnológico, em que momentos realizou esses contactos, se os houve, com as empresas que mencionei e o que foi tratado nesses contactos, nessas conversações, nesse trabalho de articulação?

Que participação teve na elaboração dos acordos e das negociações que foram formalizados e assinados, nomeadamente entre o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e a Intel e entre esse mesmo Ministério e a Microsoft para este Programa e.escola, na sua qualidade de Coordenador Adjunto do Plano Tecnológico? Tendo em conta a articulação interministerial que competia ao próprio Plano Tecnológico — e este foi sempre um ponto muito sublinhado e valorizado por parte do Governo e por parte do Gabinete do Plano Tecnológico, pergunto: qual foi a participação que teve no quadro das negociações que resultaram na formalização de acordos e contratos entre o Ministro das Obras Públicas e a Intel e a Microsoft, etc., e, *a contrario*, relativamente ao Ministério da Educação? Ou seja, por que motivo esta articulação interministerial não se fez sentir, ou não existiu, no que diz respeito ao Ministério da Educação, desde o início e praticamente durante toda a condução do Programa e.escola? Das nossas reuniões, já pudemos apurar que é praticamente só no e.escolinha, quando entra em campo a operação com os computadores *Magalhães*, que o Ministério da Educação assume um papel mais activo,

mais decisivo até, nada se comparando à etapa anterior, dos portáteis do e.escola.

O terceiro grupo de questões refere-se à génese, ao nascimento, digamos assim, do Programa e.escola. Gostava que nos desse um testemunho sobre a informação e o conhecimento que tem sobre como surgiu a ideia do Programa e.escola, como nasce este processo e esta proposta. Qual foi a sua participação no processo que deu origem ao lançamento deste Programa? Qual foi o seu envolvimento e o papel que desempenhou? Qual foi o papel do Plano Tecnológico e da estrutura que conduzia este Plano, ou seja, o seu papel individualmente e o papel da estrutura em que estava com responsabilidades directivas?

Quarta e última questão: gostaria que o Sr. Dr. Rui Grilo desse nota sobre aquela que foi uma das primeiras iniciativas do Plano Tecnológico. Sabemos que o Plano Tecnológico foi lançado, segundo os documentos oficiais, a 24 de Novembro de 2005. Ora, logo em Dezembro do mesmo ano, muito pouco tempo depois, o Relatório do Plano Tecnológico dá conta de que uma das primeiras iniciativas do Plano Tecnológico foi o apoio no lançamento, por parte do sector privado, de pacotes integrados de computadores portáteis e ligação à *Internet* em banda larga. Pergunto: que apoio foi este? Que envolvimento é que o Plano Tecnológico teve, de facto? Se houver alguma dúvida sobre a pergunta, posso, naturalmente, esclarecer e ajudar, com todo o gosto. De facto, o Relatório de Progresso do Plano Tecnológico, de Julho de 2009 (é o último que existe, ainda não saiu mais nenhum), menciona, na cronologia das iniciativas do Plano Tecnológico, que uma das primeiras é, de facto, o apoio no lançamento, pelo sector privado, de pacotes integrados de computadores e ligação à *Internet* em banda larga. É muito fácil verificar que há um parentesco, do ponto de vista dos objectivos e do tipo de iniciativa, entre este lançamento

por parte do sector privado, que o Plano Tecnológico apoiou, e aquilo que, dois anos mais tarde, viria traduzir-se no lançamento do Programa e.escola.

Gostava que o Sr. Dr. Rui Grilo desse nota desta iniciativa sobre o papel do Gabinete do Plano Tecnológico, a sua intervenção nesta matéria, o apoio que foi dado, o contacto que foi desenvolvido e o papel que desempenhou nessas conversações com as empresas e que, depois, deram origem aos contratos, às negociações e aos acordos formalizados entre estas estruturas públicas, as empresas e o Gabinete do Plano Tecnológico.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Bruno Dias, o Sr. Dr. Rui Grilo está a pedir-me para especificar o documento a que faz alusão. Agora, ouvi-o dizer que era o Relatório do Plano Tecnológico.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Foi isso mesmo que eu disse, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pergunto apenas para efeitos de acta e de identificação do documento.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Foi exactamente isso que eu disse. Referia-me ao Relatório de Progresso do Plano Tecnológico, que foi emitido publicamente, na sequência da reunião de 9 de Julho de 2009, do Conselho Consultivo do Plano Tecnológico.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem.

O Sr. Dr. **Rui Grilo** (Ex-Chefe do Gabinete e Coordenador Adjunto do Plano Tecnológico): — Dá-me licença?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Faça favor.

O Sr. Dr. **Rui Grilo**: — Não estou a responder, mas aproveito para cumprimentar o Sr. Presidente e as Sr.<sup>as</sup> Deputadas e os Srs. Deputados e para dizer que é com o maior prazer que estou aqui para responder às vossas perguntas.

Sr. Deputado, apenas para ser mais preciso na resposta, percebi qual era o documento onde estava a referência, só não percebi a que é que se referia exactamente e qual a data dessa alínea que citou.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — É muito simples, são duas linhas, que leio num instante: «Dezembro de 2005: Apoio no lançamento por parte do sector privado de Pacotes integrados de PC e ligação à *Internet* em banda larga.» É das primeiras acções que o Plano Tecnológico desenvolve nas suas iniciativas e eu gostava de perguntar o que já perguntei, e penso que fui claro, sobre a intervenção que foi realizada neste âmbito.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado. Está identificado.

Tem a palavra, para responder, o Sr. Dr. Rui Grilo.

O Sr. Dr. **Rui Grilo**: — Sr. Presidente, repito os cumprimentos a todos.

Penso que, relativamente ao conjunto de perguntas, se eu responder na ordem exacta em que foram feitas, pode ser um pouco confuso, do ponto de vista cronológico, para todos. Por isso, peço licença ao Sr. Presidente para, e peço desculpa se alguma me escapar, tentar seguir uma ordem



cronologicamente organizada. E para seguir essa ordem, penso que é essencial, em primeiro lugar, clarificar o âmbito de actuação do Coordenador Nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico e do seu Gabinete. Aliás, foi por questões de calendário que a ordem se inverteu, em relação ao que seria normal, e que a pessoa que desempenhava funções subalternas tem a oportunidade de responder às Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados antes do Sr. Coordenador.

No entanto, precisamente por esta circunstância, penso que é importante registarmos que a função de Coordenador Nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico foi uma evolução da primeira nomeação do Prof. Carlos Zorrinho, primeiro como Coordenador Nacional da Estratégia de Lisboa e, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 6 de 2006, no início de 2006, assumiu as funções também do Plano Tecnológico.

Neste âmbito, fazia parte da sua missão, enquanto Coordenador do Plano Tecnológico, coordenar e monitorizar a implementação do conjunto articulado de medidas e de políticas transversais que integram o Plano Tecnológico. Ou seja, a ambição desta equipa de coordenação não era de se substituir a nenhuma das instituições públicas que tinham a seu cargo a execução das políticas transversais do Governo mas, antes, de ser um ponto de coordenação e um ponto de monitorização e comunicação dessas mesmas políticas. É por isso que, em vez de se criar uma estrutura com outro carácter, o Governo optou por nomear um coordenador que tinha para o apoiar apenas o seu Gabinete, que nunca excedeu 10 pessoas em termos de pessoal técnico. Portanto, a capacidade e a acção deste Gabinete teve de ser sempre muito focada, por forma a poder garantir, ao longo de todos estes anos, uma informação atempada e transparente quer ao Conselho Consultivo, como mencionou o relatório semestral que era feito, quer aos próprios cidadãos, através do *site* do Plano Tecnológico. Neste aspecto,

outra das missões do coordenador do Plano Tecnológico, e volto a citar a Resolução do Conselho de Ministros que o nomeou, era «Promover a participação dos agentes económicos e sociais e da sociedade civil nos processos de concretização e de avaliação (...)» quer do Programa Nacional de Reformas para a Estratégia de Lisboa quer do Plano Tecnológico.

Portanto, a ambição e a missão daquela estrutura de coordenação sempre foi de reflectir, de coordenar, de monitorizar e de facilitar o contacto e a articulação entre as várias áreas do Governo, como o Sr. Deputado muito bem referiu na sua intervenção. E a este respeito é importante notar que se só se tornou possível desempenhar estas acções recorrendo a uma rede de coordenação, em que foram nomeados pontos focais, representantes de cada um dos Ministérios, e que se constituíram como uma rede de concretização e de monitorização da execução do Plano Tecnológico. É através desta rede de pontos focais que, ao longo de todo o período de actividade deste Gabinete, se desenvolveu o acompanhamento das várias medidas que foram sendo integradas. Recordo que o Plano Tecnológico, quando foi lançado, em Novembro de 2005, contava com 78 medidas e que, nesse mesmo relatório de Julho de 2009, contava com 176. É humanamente impossível que 176 medidas fossem concretizadas ou, sequer, acompanhadas individualmente por uma equipa tão pequena. Por isso, a mais-valia deste Gabinete de Coordenação é precisamente essa articulação, essa monitorização e a forma transparente como permitiu que cada cidadão e o Conselho Consultivo do Plano Tecnológico, reunindo personalidades da sociedade civil, mantivessem esse acompanhamento, precisamente sobre a evolução do Plano Tecnológico.

Uma das questões que o Sr. Deputado colocou prende-se com a génese do Programa e.escola, de onde surgiu a ideia e de que forma é que o Plano Tecnológico participou neste processo.

Iniciei as minhas funções no Plano Tecnológico, a convite do Professor Carlos Zorrinho, no início de 2006, Fevereiro ou Março de 2006, e, nessa altura, estava-se precisamente a preparar a primeira reunião do Conselho Consultivo do Plano Tecnológico, depois de o Professor Carlos Zorrinho ter assumido estas responsabilidades. Para esta finalidade, pedimos um estudo que nos fizesse a fotografia daquilo que era o panorama em Portugal da banda larga e do acesso à *Internet*, por uma razão muito simples: se está provado que existe uma correlação directa, ao nível do sucesso educativo, entre a abundância de livros nas casas dos estudantes e o seu sucesso escolar, no momento em que o conhecimento deixa de estar apenas preso nesses suportes físico e tem uma importância cada vez maior para o acesso à informação o acesso à *Internet* e a todo o conhecimento que nela está disponível, tornava-se muito importante garantir que a mudança tecnológica não fosse um factor que acentuasse desigualdades sociais, que já existiam, mas, antes, fosse uma oportunidade para evitar isto.

Com efeito, este estudo, que foi promovido pelo Gabinete do Plano Tecnológico, chegou a algumas conclusões que me parecem importantes e que motivaram muita reflexão no seio do Plano Tecnológico, com o seu Conselho Consultivo, e no âmbito da rede de coordenação que envolvia, como já referi, representantes dos vários Ministérios.

Deste relatório, recordo apenas alguns dados: em 2005, só 43% das nossas famílias é que tinham computador em casa, o que significava que quase 6 em cada 10 famílias não tinham computador; dessas, se tivermos em conta a percentagem de famílias que tinham *Internet*, apenas 31%, 3 em cada 10 famílias, é que tinham *Internet*. Portanto, sete famílias estavam excluídas. Se pensarmos em famílias com banda larga, o valor ainda era mais inferior: 26%.

Se olharmos para outro indicador que o EUROSTAT nos permitia analisar nessa altura e que se refere a 2005, na União Europeia a 15, a

média de pessoas que nunca tinham utilizado a *Internet* era de 32%; em Portugal, era quase o dobro, 63%. E isto, obviamente, foi motivo de preocupação, sobretudo quando vimos que, em Portugal, o número de computadores por cada 1000 habitantes era de 165, enquanto que em países como a França esse rácio era de 414 ou, como a Dinamarca, de 648.

Portanto, a conclusão que se retirou desta radiografia, e escuso-me de citar mais dados, penso que estes ilustram o nosso panorama dessa altura, que, aliás, todos conhecemos, era a de que era necessário desenvolver acções que quebrassem a barreira que impedia que uma parte significativa da nossa população tivesse acesso à possibilidade de aceder ao conhecimento, à informação, à colaboração, à partilha e ao contacto que as tecnologias da informação e da comunicação hoje nos permitem. Para quebrar esta barreira foi suscitado, no âmbito da actividade da rede de coordenação do Plano Tecnológico, um conjunto de discussões sobre onde seria mais importante actuar e chegou-se à seguinte conclusão: era uma prioridade muito grande chegar aos alunos, começando talvez pelo ensino secundário; era fundamental envolver os professores desde a primeira hora; fazia todo o sentido que aqueles adultos que estavam a apostar na sua própria qualificação, inscrevendo-se e frequentando a iniciativa Novas Oportunidades, também fossem objecto de apoio para que fossem imbuídos nesta mudança digital; este esforço de ajuda, para que as pessoas pudessem utilizar esses meios e tê-los na sua posse, também teria de ser acompanhado por um investimento público no apetrechamento das escolas com computadores (recordo que, nessa altura, tínhamos um rácio de aproximadamente 20 alunos/computador nas nossas escolas, o que era muito acima dos países com que nos costumamos comparar na União Europeia; logo, era preciso que as escolas tivessem acesso à *Internet* e redes locais, com e sem fios, que permitissem que, no contexto da sala de

aula, esses meios fossem utilizados); e era importante que estes vários planos de acção fizessem sentido entre si.

Naturalmente que nessa reflexão que desenvolvemos (se quisermos localizar no calendário, foi entre o fim de 2006 e início de 2007), resultou, obviamente, a identificação dos constrangimentos que obstavam a fazer alguma acção de larga escala nesta área, obviamente, os recursos financeiros, os recursos materiais, os recursos organizacionais e logísticos, para poder desenvolver alguma acção com impacto e que altere este estado de coisas. E, neste sentido, penso que esta reflexão foi um dos contributos para que a discussão no seio do Governo tivesse resultado numa opção, que foi do Governo, de mobilizar as contrapartidas a que os operadores se tinham comprometido no início da década de 2000, quando receberam as suas licenças de UMTS, e de os convidar a mobilizar essas contrapartidas para parte deste esforço.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — A ideia surgiu aí?

O Sr. Dr. **Rui Grilo**: — Penso que é muito difícil identificar paternidades da ideia. Penso que o Gabinete do Plano Tecnológico não reivindica de forma alguma a paternidade da ideia, porque houve muitas pessoas a pensar em paralelo na importância desta medida, quer no seio do Governo, quer fora.

O Sr. Deputado perguntou-me qual tinha sido o contributo do Gabinete do Plano Tecnológico para a génese desta ideia. Este foi o contributo dado, a reflexão que foi feita e que foi desenvolvida e que, a meu ver, foi um dos contributos que me levou a que, em sede própria, se tomasse a decisão de avançar com esta medida. A partir do momento em que a medida entrou na sua fase de concretização e, sendo uma medida que, no caso das iniciativas e.escola, assentava essencialmente nas

contrapartidas dos telemóveis da 3.<sup>a</sup> geração, com toda a naturalidade a área do Governo que tinha esta competência tomou as rédeas do processo (e muito bem!) e concretizou. E nós, no Gabinete do Plano Tecnológico, foi com muito agrado que incluímos no portfólio de medidas do Plano Tecnológico essa iniciativa, que a passámos a acompanhar, a monitorizar e a comunicar para o público em geral toda a informação da execução que recebíamos e que foi sendo actualizada, nomeadamente nos relatórios semestrais ao Conselho Consultivo e no próprio *site* do Plano Tecnológico de forma mais permanente.

Quanto à questão sobre a génese deste programa, é importante referir que esta reflexão não contribuiu apenas para as iniciativas do e.escola. É importante que não nos esqueçamos que, em paralelo com estas iniciativas, que permitiram a mais de um milhão de portugueses terem acesso a um computador seu, para lhe darem a melhor utilização que entenderem, houve um esforço público, através do Plano Tecnológico da Educação, que foi uma estrutura construída no Ministério da Educação para desenvolver um plano de investimentos públicos nas escolas e que também foi essa iniciativa do Ministério da Educação, que partilha o nome com o Plano Tecnológico, mas que organicamente dependeu da Sr.<sup>a</sup> Ministra da Educação da altura, e que desenvolveu um programa de investimento nas escolas, o qual também fez parte, e foi integrado, do portfólio de medidas do Plano Tecnológico, e, como tal, foi acompanhado, monitorizado e devidamente comunicado no quadro do Plano Tecnológico.

Sobre esta génese e a articulação interministerial, uma outra questão também foi referida, penso que sempre foi patente em todo o processo um envolvimento das várias áreas do Governo envolvidas e não só do Ministério da Educação. Por exemplo o Ministério do Trabalho e da Segurança Social, pelas suas competências na área da formação e na iniciativa Novas Oportunidades, também fez parte e, tanto quanto é do meu

conhecimento, também esteve atento àquilo que eram as iniciativas e escola. Tanto na parte que me diz respeito como na parte que foi desenvolvida no âmbito do Gabinete do Plano Tecnológico, as reflexões sobre a necessidade de se avançar e de se agir sobre esta matéria obviamente que envolveram todas as áreas do Governo pertinentes e, aqui, a discussão, no âmbito do Plano Tecnológico e no seio da sua rede de coordenação, envolveu os representantes das várias áreas que eram pertinentes para esta questão. Portanto, tanto quanto é do meu conhecimento, penso que sempre houve articulação entre as várias áreas do Governo.

Em relação ao meu percurso pessoal, o Sr. Deputado pergunta-me sobre as minhas actividades antes, durante e depois do meu período de serviço público no Gabinete do Plano Tecnológico, quase que me permitiam maçar-vos com uma biografia da minha vida, mas penso que é isto o pretendido nesta Comissão. Aliás, o meu percurso profissional está disponível na *Internet*, através de uma das várias redes sociais onde é partilhada essa informação biográfica, mas, se quiser, de forma muito sintética, sem estar a entrar em detalhes muito precisos, embora, se quiser que eu aprofunde alguma dessas etapas, o posso fazer.

Concluí o meu curso de licenciatura em Gestão de Empresas na Universidade de Évora. Tive um primeiro período profissional onde, por um conjunto de circunstâncias várias, acabei por desempenhar funções na área pública, fui adjunto do Sr. Secretário de Estado da Juventude, fui adjunto para a Educação e Juventude do Sr. Primeiro-Ministro Eng.º António Guterres, fui Chefe de Gabinete do Sr. Dr. Guilherme d'Oliveira Martins enquanto Ministro da Presidência e enquanto Ministro das Finanças, e cheguei a uma fase no meu percurso profissional, porque a minha opção e intenção de carreira sempre foi desenvolver a minha carreira no sector privado (e coincidiu, nessa altura, com o ter sido aceite num

programa de doutoramento em Inglaterra), em que decidi que estava na altura de fechar esse ciclo e de começar um ciclo no privado. Desempenhei funções na área de estratégias e desenvolvimento de negócios na Portugal Telecom, fui director do Portal Sapo, fui coordenador da área de projectos Web do Grupo PT e era nestas funções que me encontrava quando o Prof. Carlos Zorrinho me convidou a colaborar com ele. Entretanto, tinha concluído o doutoramento em Inglaterra em Mudança Organizacional e era um desafio profissional irresistível participar num projecto de mudança da dimensão do Plano Tecnológico, funções que desempenhei até ao final do mandato do anterior Governo. Quando se aproximou esse final comuniquei ao Prof. Carlos Zorrinho que estava na altura de retomar aquela que era a minha opção de carreira no sector privado. Regressei, então, ao meu sector privado, ao local de onde eu havia saído, recebi um conjunto de propostas profissionais para trabalhar e uma dessas propostas, que me foi formulada depois de eu ter deixado as minhas funções no Plano Tecnológico, foi da Microsoft. Submeti-me ao processo de selecção da empresa, penso que fiz mais do que oito entrevistas que culminaram num convite, e desde de Dezembro que desempenho funções na Microsoft como responsável precisamente da área da educação.

O Sr. Deputado perguntou-me se, no quadro das minhas actuais funções, se desenvolvo contactos. Desenvolvo contactos, naturalmente, com todas as entidades na área da educação, públicas e privadas.

O Sr. Deputado perguntou-me também que participação é que eu tive em acordos específicos do Programa e.escola. Como tive oportunidade de explicar, o Plano Tecnológico teve a intervenção que já descrevi e, portanto, a execução, a participação e a negociação são processos que não me disseram respeito e nos quais não participei.

Penso que terei respondido a quase tudo, falta-me apenas a última questão.



Quanto ao relatório, de facto, ele é de Julho de 2009. O apoio refere-se a uma acção em Dezembro de 2005 e, a esta data, eu ainda não desempenhava funções do Gabinete do Plano Tecnológico. Por isso, lamento não ter mais informações, talvez outra pessoa as possa dar, mas, genericamente, enquadrar-se-á, com certeza, naquela missão do Gabinete do Plano Tecnológico de apoiar as iniciativas da sociedade civil que possam contribuir para os objectivos genéricos do Plano Tecnológico, de promover a utilização da tecnologia.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Bruno Dias, pelos meus apontamentos, julgo que estão esgotadas as questões.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, não é uma pergunta nova, é apenas um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Presidente**: — Tem, então, a palavra.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Dr. Rui Grilo, quero só perceber, porque pode ter sido falha minha, se, relativamente aos contactos — eu não falei em contratos, falei em contactos — com empresas, sejam operadoras ou outras, em que possa ter surgido a questão do Programa e.escola, disse que nunca tratou deste assunto e que nunca teve contactos em que estes assuntos tivessem sido tratados. Percebi bem? Foi isto? Nunca teve este tipo de contactos?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Dr. Rui Grilo.

O Sr. Dr. **Rui Grilo**: — Sr. Deputado, penso que é necessário distinguir muito claramente duas questões.

O Plano Tecnológico e o Gabinete do Coordenador do Plano Tecnológico, durante a sua actividade, desenvolveu múltiplos contactos com várias empresas. Sempre que o assunto se prendia com o Programa e.escola ou com essas iniciativas, tal como quando os assuntos se prendiam com outras iniciativas que faziam parte do Plano Tecnológico, obviamente que esses contactos foram reencaminhados para a entidade pertinente nesse aspecto.

Sobre o programa em si e sobre as empresas envolvidas na concretização desse programa, não era nossa missão e não participei em nenhuma das negociações de concretização desse programa com qualquer uma das empresas que forneceram componentes para essa realização.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Dr. Rui Grilo.

Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Ramos Preto.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Sr. Dr. Rui Grilo, bem-vindo. Foi com muito gosto, pela clareza que demonstrou, que o ouvi aqui nesta Comissão.

Fala-se de sociedade da informação e de sociedade do conhecimento, e V. Ex.<sup>a</sup>, apesar da sua juventude, tem um *curriculum* que é demonstrativo daquilo que, hoje, a sociedade portuguesa também tem, em termos de índice ou de níveis de desenvolvimento que uma sociedade da informação e do conhecimento tem de ter, ou seja, recursos humanos. V. Ex.<sup>a</sup> é um exemplo do expoente máximo desses recursos humanos nesta área, e isto é bom.

Gostei muito de ouvir o seu percurso de vida. Sei que V. Ex.<sup>a</sup> não quis referir aqui (refiro este aspecto, porque ele foi duas vezes realçado, e ainda bem, com toda a legitimidade, e é com toda a legitimidade que o

realço) a circunstância de hoje ser, nesta área que referiu, um dos doutorados portugueses que muito honram o País a exercer a sua actividade no nosso país, pois não saiu do País, desenvolveu aqui a sua actividade, o que é bom.

O Sr. Dr. Rui Grilo falou no Plano Tecnológico, a instâncias do Sr. Deputado Bruno Dias, e também gostei de o ouvir.

Como também é missão da Comissão avaliar e falou nas contrapartidas dos operadores e na integração desses operadores na execução de programas que contribuem para a sociedade da informação e do conhecimento, neste quadro, gostava que desenvolvesse mais. Quais foram, ao nível do Plano Tecnológico, porque foi nesta qualidade que aqui foi chamado, as políticas que gizaram, em termos de concepção, para promover este salto qualitativo que se verifica hoje em Portugal — se é que houve, e gostava que nos desse as informações que tem —, quando fazemos uma comparação entre aquilo que era a realidade do País, quando pediram o diagnóstico que aqui anunciou, e aquilo que é hoje a realidade do nosso país. Qual foi a evolução e qual é o estado de chegada neste momento? Tendo nós aqui uma pessoa que foi chamada, atenta a sua vida profissional neste Plano que foi gizado, gostava de a ouvir sobre isto.

Quanto ao resto, se bem percebi, havia uma articulação em rede com os vários departamentos do Governo. E, portanto, as políticas, em concreto, de cada um dos planos que depois eram estabilizadas eram tratadas por cada Ministério, *de per si*, pelo menos fiquei com esta ideia.

Portanto, gostava de saber qual foi o saldo qualitativo que houve, de onde se partiu, até onde se chegou e qual o contributo que tiveram a este nível.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. Rui Grilo.

O Sr. Dr. **Rui Grilo**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Ramos Preto, agradeço as questões que me colocou.

Penso que o Plano Tecnológico é difícil de sintetizar em poucas linhas, no entanto, existem algumas alterações qualitativas que penso que é importante sublinhar.

O Plano Tecnológico partiu de um pressuposto: para fazer uma estratégia de mudança, que preparasse melhor o nosso país para um momento em que a tecnologia desempenha um papel essencial nessa mudança, não nos poderíamos, paradoxalmente, centrar apenas na tecnologia. É por isto que o Gabinete de Coordenação do Plano Tecnológico abarca todo o Governo e não apenas aqueles Ministérios que nos ocorreriam como estando mais relacionados com a área tecnológica.

O próprio conceito do Plano Tecnológico expressa de forma, a meu ver, acertada a inter-relação entre os vários componentes da nossa sociedade: a inter-relação entre o papel que o Estado pode desempenhar numa sociedade, como a que temos hoje, o papel que compete à sociedade civil, o papel que compete às empresas e de que forma é possível criar uma dinâmica que não se limite a executar acções concretas, que crie uma dinâmica de transformação que envolva os vários actores públicos e privados. Foi isto que o Plano Tecnológico tentou fazer com a ideia de que, para que isto aconteça, é necessário apostar no conhecimento, garantir que o maior número possível de portugueses tenha acesso à informação, às qualificações e à sociedade da informação, ou seja, que as questões de acesso ao saber não sejam uma barreira para o nosso desenvolvimento. Depois, é preciso apostar na tecnologia, entendida como garantir que as nossas instituições, por exemplo as científicas, não estejam tecnologicamente atrasadas em relação às suas congéneres internacionais, e fazer um esforço para nos aproximarmos dessa linha da frente, razão pela

qual, por exemplo, foram estabelecidas várias parcerias internacionais com algumas das melhores universidades do mundo. Por último, é preciso que este esforço de transformação faça sentido para as empresas. É aquilo a que, no Plano Tecnológico, chamámos «eixo da inovação», que permite que as empresas consigam transformar essa capacidade e esse potencial de desenvolvimento económico em desenvolvimento efectivo, que gere riqueza, exportações e empregos, como todos desejamos.

De que forma é que isto foi conseguido? Com um conjunto muito diversificado de medidas, assumindo, precisamente, que é preciso agir sobre muitos factores ao mesmo tempo que permitam a simplificação dos processos do lado do Estado, que permitam um melhor financiamento das *start-up* das empresas que começam, dos nossos empreendedores, que permitam recuperar atrasos ao nível das qualificações, com iniciativas como a Novas Oportunidades, que garantam o acesso a todos às tecnologias da informação, através de iniciativas como a e.escola, que é objecto desta Comissão, bem como o Plano Tecnológico da Educação e tudo aquilo que foi feito a este respeito. Depois, é preciso ajudar, monitorizar e apoiar a expressão externa da nossa economia.

Não quero alongar-me em balanços do Plano Tecnológico. Aliás, penso que não me compete a mim usurpar essa questão e que o Sr. Dr. Carlos Zorrinho, quando tiver oportunidade de aqui estar, terá, com certeza, todo o gosto em partilhar convosco um balanço mais aprofundado. Gostava apenas de deixar alguns sinais, alguns indicadores, que pudessem estar até mais relacionados com o objecto concreto desta Comissão. Por exemplo, em 2005, apenas 42% das nossas famílias tinham computador e, em 2009, segundos dados do INE, este valor subiu para 56%; a penetração da banda larga passou de 20% para 46% dos lares portugueses, o que é muito significativo; a despesa em investigação e desenvolvimento quase duplicou, passou de 1,81%, em 2001 e 2005, para 1,5% do PIB o ano passado; para

abrir uma empresa em Portugal (um dado medido pelo Banco Mundial), em 2004, eram necessários 78 dias e foram reduzidos, em 2008, para 6 dias.

A balança tecnológica, por exemplo, é outro indicador que nos permite ver este último degrau do Plano Tecnológico, ou seja, em que medida é que as nossas empresas foram capazes de aproveitar este momento de mudança para criar riqueza. A balança tecnológica é um indicador muito interessante, porque, medindo as importações e as exportações, permite-nos ter aí um barómetro interessante. É de destacar que, desde de 2007, essa balança tecnológica é positiva e, mesmo no ano passado, com todas as dificuldades que conhecemos, continuou a ser positiva, o que significa que as exportações são maiores do que as importações nessa área, o que penso que é motivo de satisfação para todos.

Ao nível do sistema de ensino, por exemplo, o número de estudantes por computador que eu mencionei no início e que era de 18, para ser mais preciso, no ano de 2005, no ano passado desceu para 5,6. Ou seja, cada computador só tem 5,6 alunos a concorrer para a sua utilização, enquanto que antes, para cada computador, havia 18 alunos. Isto significa que valeu a pena fazer um acompanhamento destas medidas do Plano Tecnológico. E, como já mencionei, as 78 medidas com que o Plano Tecnológico se iniciou em 2005, ao crescerem, fizeram também com que o seu impacto crescesse e com que as 176 medidas, cujo resultado foi apresentado no relatório que o Sr. Deputado já aqui mencionou, valessem a pena, porque há indicadores relacionados com a sua execução que mostram uma evolução positiva para o nosso país que, penso, é o objectivo último de todos nós na actividade pública.

Para mim, devo dizer, foi um privilégio poder ter participado e dado o meu modesto contributo durante estes quatro anos para essa actividade.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Dr. Rui Grilo.

Se me é permitido, em relação a esta matéria, gostava de fazer um apontamento.

Qualquer que seja a perspectiva, neste caso política, que se tenha em relação ao Plano Tecnológico, acho que é absolutamente indiscutível o progresso que se registou no País nas diversas áreas por força do Plano Tecnológico e das diversas iniciativas que, ao nível dos Ministérios, foram sendo conseguidas.

Mas — permita-me esta nota —, em rigor, não se pode fazer a comparação entre os resultados já conhecidos do Plano Tecnológico nos vários níveis, nos vários Ministérios, digamos assim, com aquilo que existia antes, porque basta dizer que, no Ministério da Justiça — isto também acontece com outros ministérios, mas vou falar neste porque conheço-o razoavelmente bem —, em 2002, ao nível daquilo que é o *interface* das responsabilidades do Ministério da Justiça com o cidadão, não havia praticamente qualquer base de dados operacional que permitisse colocar *online* os serviços que hoje existem — certidões de registo civil, de registo predial, de registo comercial —, estava a iniciar-se o processo de constituição de bases de dados, que é, evidentemente, aquilo que é essencial para se começar a prestar este tipo de serviços.

Portanto, esse trabalho de base, que começou algures no ano de 2000 em muitos serviços da Administração Pública e que foi absolutamente essencial, demorado e invisível — que, de resto, atravessou dois governos, um do Partido Socialista e outro que não foi do Partido Socialista —, permitiu, depois, alavancar o Plano Tecnológico, com resultados que são, evidentemente, relevantes para o País.

Faço esta nota, não para contrariar o Sr. Dr. Rui Grilo, porque, devo dizer, tenho muito apreço por estas questões e julgo que os resultados são absolutamente significativos. No entanto, acho que é um bocadinho simplista fazer a comparação, por exemplo, de 2000/2009 ou 2004/2009,

porque, evidentemente, nessa altura não só a sensibilidade da sociedade, dos serviços e dos próprios governos para esta matéria era muito diferente daquela que temos hoje como aquilo que era a base da qual podíamos partir nada tinha a ver com o que acontecia em 2006 ou 2007, quando o Plano Tecnológico entrou em velocidade de cruzeiro.

Quero deixar esta nota, que, a meu ver, é justa e não estou a contrariar o Sr. Dr. Rui Grilo, porque, devo dizer-lhe, eu, pessoalmente, tenho apreço pelo trabalho que foi feito e acho muito importante os resultados que foram conseguidos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Emídio Guerreiro.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Sr. Presidente, começo por registar com apreço a disponibilidade do Sr. Dr. Rui Grilo e a clareza das informações que tem estado a prestar nesta Comissão e vou procurar recentrar um pouco esta reunião naquilo que é o objecto da Comissão, porque, de facto, não vimos fazer aqui a avaliação do Plano Tecnológico. Não é este o objecto da Comissão e perdoar-me-á não o fazer, mas poderemos fazê-lo em qualquer outro momento.

De todo o modo, gostaria de perceber melhor de que forma é que esta coordenação se articulou com aquilo que é o objecto desta Comissão.

O Sr. Dr. Rui Grilo começou por dizer, e bem, que a equipa que coordenava o Plano Tecnológico quando o Sr. Dr. Rui Grilo era de facto o coordenador adjunto (penso que era esta a expressão) no Gabinete do Plano Tecnológico geria uma rede de pontos focais nos vários Ministérios onde foi, digamos, preparada a ideia; ou seja, os eixos por onde se deveria, de facto, criar este Plano, por onde se deveria andar. Estamos a falar do plano das ideias.

O Sr. Dr. Rui Grilo também disse que, depois de ter definido o modelo, baseando-se até, pelo menos fez a referência, num estudo



(provavelmente, até terão existido outros para outras áreas, porque um dos eixos até tem a ver com as exportações e por aí fora, que são, de facto, muito importantes para o desenvolvimento do nosso país), a partir do momento em que estava consolidada a ideia, a forma de procurar atingir aquele objectivo, ele sairia da esfera do Plano, porque seria concretizado pelos diversos Ministérios, ou seja seriam os braços do Executivo a concretizarem essas ideias, e, por aquilo que percebi, a seguir fazia a monitorização disto e também a comunicação dos resultados de tudo isto. Penso que, basicamente, foi isto que disse, que não estou a cometer qualquer erro.

O Sr. Dr. Rui Grilo começou por dizer que, nesse âmbito, não havia de facto contactos ou, no âmbito das perguntas feitas pelo Sr. Deputado Bruno Dias, que não existiram esses contactos formais provavelmente com essas entidades todas, mas, depois, num outro momento, disse que também fez vários contactos. Eu gostaria de tentar perceber como é que isto se encaixa no âmbito da nossa Comissão.

Qual é, de facto, o tipo de envolvimento que teve nestas matérias? Alguma vez contactou com a Fundação para as Comunicações Móveis? Alguma vez, no âmbito da sua actividade, teve reuniões? Ou seja, com que tipo de entidades é que, afinal, teve contactos? Falou mesmo por causa da concretização das ideias que foram geradas na equipa que coordenava o Plano Tecnológico? Falou com a TMN? Falou com a Vodafone? Falou a Intel? Falou com a JP Sá Couto? Foi necessário ir a este ponto, ou não?

Para tentar ver até que ponto é que as ideias foram definidas, vamos pegar nos portáteis que foram escolhidos quer para o e.escola quer para o e.escolinha. A ideia foi «vamos distribuir aqui portáteis, aproveitar o que existe aqui para distribuir portáteis do e.escola aos professores e aos outros alunos e, depois, para o e.escolinha, para o ensino básico...»? A ideia ficou

por aqui ou foi ao tipo de produto, ou seja, aos conteúdos, ao tipo de sistema operativo que lá estava...?!

Gostaria de perceber até onde foi de facto a sua participação, se é que ela existiu nisto, porque, se não existiu, não existiu. Estou a tentar perceber se, no âmbito das suas funções de Coordenador Adjunto do Plano Tecnológico, teve algumas reuniões, encontros...? Isto foi pensado? Passou de facto pela equipa que coordenava isto na cúpula, ou não?

Estas são as informações que, no âmbito da Comissão, eu gostaria de recolher nesta fase por parte do Sr. Dr. Rui Grilo. Gostaria de saber se de facto isto é assim, ou não! Se não é, também gostaria de perceber o tipo de reuniões que teve, se foram, ou não, para escarpelizar estas coisas e por que razão é que só quem teve a missão de preparar a ideia, de conceber o projecto, e, depois, de monitorizar para comunicar teve necessidade de se reunir com alguns destes parceiros. Esta é a questão que, neste momento, eu gostaria de ver esclarecida.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. Rui Grilo.

O Sr. Dr. **Rui Grilo**: — Sr. Presidente, começo com uma nota muito breve em relação às palavras do Sr. Presidente, é apenas para dizer que concordo em absoluto...

O Sr. **Presidente**: — Não era para responder.

O Sr. Dr. **Rui Grilo**: — Percebi isso, mas de facto é importante que tenhamos a noção de que existe uma evolução natural, de que existem algumas iniciativas em que existe um nexo de causalidade mais linear e outras em que há muitas pessoas a contribuir no sector público e no sector

privado. Por isso, penso que o ponto onde estamos todos de acordo é na satisfação por o nosso país alcançar resultados, e um dos resultados que me deu muita alegria, já depois de ter abandonado as funções no Plano Tecnológico, foi ter visto como o nosso país ascendeu a n.º 1 na Europa no *ranking* de disponibilidade e sofisticação dos serviços públicos *online*, que é resultado...

O Sr. **Presidente**: — Acompanho-o nessa alegria!

O Sr. Dr. **Rui Grilo**: — ... de um esforço de muita gente e que é motivo de satisfação para todos.

Em relação às perguntas do Sr. Deputado, começo pelo modelo de coordenação do Plano Tecnológico.

Não podemos separar o pensamento e a acção de uma forma linear. O Gabinete de Coordenação do Plano Tecnológico tinha como missão acompanhar a execução de todas as medidas do Plano Tecnológico. Acompanhar no sentido de monitorizar, de perguntar se estavam em execução ou não, de pedir indicadores de execução por forma a poder, em prol da política de transparência, tornar públicas essas informações de execução, de forma a que o escrutínio público pudesse ser feito sobre o seu grau de concretização.

Neste aspecto, devo dizer, houve sempre um trabalho de equipa, no âmbito da rede de coordenação do Plano Tecnológico, em que os representantes de cada um dos Ministérios serviram como ponto focal para recolherem informação das medidas que estavam cometidas como responsabilidade essencial ao seu Ministério. Portanto, foi através desta rede de pontos focais, que recorreram às pessoas que entenderam no âmbito de cada um dos Ministérios, que nós fomos capazes de continuar a informação e de...

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — *(Por não ter falado para o microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

O Sr. Dr. **Rui Grilo**: — Precisamente.

Portanto, à iniciativa em concreto que é objecto desta Comissão, como já tive oportunidade de explicar, demos o nosso contributo, modesto, para o trabalho de reflexão, para a necessidade de se intervir nesta matéria. Quando as iniciativas entraram em execução e foram lançadas, incluímo-las no leque de medidas do Plano Tecnológico e passamos a receber informação, nomeadamente da Fundação para as Comunicações Móveis, através do organismo que a antecedeu ou através do nosso ponto focal desse Ministério, que incluímos nos pontos de situação do Plano Tecnológico, nomeadamente a informação sobre quantos computadores já tinham sido distribuídos até à data desse relatório e informações conexas de execução e que fazem parte dos relatórios do Plano Tecnológico.

Quanto à pergunta concreta que me colocou, sobre se eu falei com algumas empresas no desenvolvimento e na discussão deste programa, devo dizer que não. Não tive qualquer participação em nenhuma negociação com os fornecedores ou com os parceiros da execução deste programa. O nosso papel era na camada de coordenação e monitorização desta iniciativa. E, portanto, penso que, em relação ao nível de detalhe que a nossa participação teve, não podia ser mais claro. Naturalmente que, no quadro da relação, como é competência do Gabinete do Plano Tecnológico, ao longo do período de actividade, fomos contactados pelas mais diversas empresas dos mais variados sectores de actividade e mantivemos com elas sempre um contacto cordato e de colaboração naquilo que é um relacionamento normal com instituições que são idóneas e que nos contactam no sentido de conhecer a visão do Plano Tecnológico ou de

oferecer colaboração. São públicos os vários memorandos de entendimentos em que várias empresas, no âmbito das suas políticas de cidadania, se comprometeram a desenvolver acções para a promoção dos objectivos genéricos do Plano Tecnológico sem qualquer contrapartida directa ou indirecta do Estado.

Portanto, esses protocolos, que foram assinados no âmbito do Plano Tecnológico, naturalmente, também fizeram parte da nossa actividade, mas, aqui, temos de separar claramente duas dimensões: uma, em que as entidades idóneas se manifestam disponíveis para colaborar com os objectivos genéricos do Plano Tecnológico, no âmbito da sua missão, e, outra, em que as negociações de negócio, no desenvolvimento das medidas, foram desenvolvidas por quem tinha a responsabilidade executiva pela sua concretização, e, de facto, não fomos nós.

*Entretanto, assumiu a presidência a Sr.<sup>a</sup> Vice-Presidente Paula Barros.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Começo por cumprimentar o Sr. Dr. Rui Grilo e dizer-lhe que registo com agrado, e digo-o com uma pontinha de inveja, o seu magnífico currículo e o facto de ser um exemplo claro de alguém que, em tão tenra idade, tem possibilidade de ir muito longe — e ainda que assim é! —, prova de que, em Portugal, a igualdade de oportunidades já vai fazendo o seu caminho.

No entanto, gostava de aproveitar tudo isto para lhe fazer um conjunto de perguntas e esperar que quem tem este currículo possa também ter um conjunto de respostas, nem que seja para nos ajudar a, no bom caminho, esclarecer as questões que aqui temos.

Lendo os objectivos ambiciosos, mas também úteis (aliás, se não houvesse ambição, quase não faria sentido), o que o Plano Tecnológico previa, em determinada altura, era que, em 2010, houvesse um computador para cada dois alunos. Esta foi uma frase tirada do *site* do Plano Tecnológico, dita pelo Coordenador do Plano Tecnológico. Ou seja, o Coordenador do Plano Tecnológico tinha de facto a meta muito ambiciosa de colocar Portugal como o primeiro país do mundo a ter este rácio. Era de facto uma meta ambiciosa e fazia todo o sentido, o que não consigo perceber é como é que se tem esta meta e, depois, quem diz isto diz (e isto foi dito inclusivamente numa cerimónia onde participavam 11 elementos do Governo, ou seja, a tal interligação entre os vários Ministérios) o seguinte: «uma coisa não tem nada a ver... Como é que eu consigo ter os computadores para cumprir esta meta?». Aliás, esta meta hoje deve estar já afectada, porque, entretanto, até aqui havia um modelo de distribuição de computadores, nomeadamente o do *Magalhães*, que, eventualmente, se poderia aproximar muito desse rácio (deu nota da evolução), hoje o Governo mudou de estratégia: vai abrir concurso para os 250 000, há quem tema que este ano não haja até distribuição de computadores, o que afectará esta meta e significativamente o rácio, que tem vindo paulatinamente a reduzir. Portanto, gostava de saber a sua opinião quanto ao que estava errado no modelo anterior para ter havido esta mudança de estratégia. Há explicações para que o Governo tenha tido uma estratégia de produção profusa de computadores, tenha levado o Coordenador do Plano Tecnológico a ter esta ideia tão ambiciosa, de um computador em cada dois alunos, e para que, agora, estejamos perante uma situação em que há uma clara quebra? Obviamente, para quem idealizou tudo isto e sabe o que isto foi — segundo a mesma comunicação, estes computadores são uma parceria com a Intel e com a empresa JP Sá Couto, que fariam toda esta produção —... Uma vez que estive ligado ao Plano Tecnológico, pergunto:

na vossa concepção do tipo de computador, de algum lado, de alguma forma, alguém decidiu, alguém fez o caminho para encontrar a Microsoft, em primeiro lugar, como fornecedora do *software*. Consta dos acordos que seria, por indicação do Governo, a Microsoft o parceiro principal.

Depois da escolha da Intel, qual foi o caminho? Quem decidiu? Como é que se chegou? Foi pela qualidade do *software* e pela qualidade da placa da Intel? E, depois, como é que chega à empresa que os produz? Isto é para percebermos se, nesta tentativa de dotar cada um dos alunos com computador, também esteve em causa dotá-lo com um computador de qualidade, e isto pressupunha escolher, obviamente, um conjunto de características, de critérios para este efeito. Como é que se chega a esta empresa, uma vez que...

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Não ficou satisfeito com as respostas?!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Estou a perguntar a um técnico com um vasto currículo na área e que nos pode ajudar com grande especificidade.

Também gostaria de saber se foi o Plano Tecnológico, ou não, que ficou ligado a toda a promoção quer do Programa e.escola quer do Programa e.escolinha. Se assim foi, que valores é que estiveram incluídos nessa promoção? Presumo que toda a acção do Plano Tecnológico foi toda feita através de concurso (é pelo menos esta a informação que tenho até agora), tudo perfeitamente auditado, não há nenhuma dúvida, os meus parabéns por isto. Pergunto-lhe agora, por que é que da parte do Ministério das Obras Públicas e do Governo, tudo foi feito sem concurso público? Por que é que há esta divergência de actuação? É apenas um aparte, não tem de responder.

Faço-lhe, sim, uma última pergunta, aproveitando o facto de agora ser um quadro da Microsoft e partindo do pressuposto de que conhece, seguramente, o Acordo Microsoft *Magalhães*.

No Acordo Microsoft *Magalhães*, o Governo quis evoluir, e nada tenho contra isto, parece-me bem, para um novo esforço de implementação de tecnologias na educação, e pretendia esse esforço não só no País mas também em termos internacionais. Penso que estou aqui a falar com um especialista, uma vez que é nesta área que trabalha, e por isso o que quero saber é qual a sua participação nisto. Como é que a Microsoft e o Governo concertaram e coordenaram estas iniciativas? Aliás, por acaso, a iniciativa até mudou de nome, no referido Acordo, ou seja, deixou de ser o Acordo Microsoft *Magalhães* para se chamar *Aliança Magalhães*, que também é um nome curioso para esta parceria, mas, enfim... A *Aliança Magalhães* significa, segundo o ponto 1.3 do Acordo, a «(...) parceria entre o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e a Microsoft para apoiar a comunidade educacional, permitindo que usufruam dos benefícios sociais de uma população devidamente formada». Gostava de saber o que isto significa, em que valores assenta e como é que se operacionaliza. Presumo que já nos poderá dar mais alguma informação sobre isto, porque é, de facto, neste momento, a área em que trabalha, segundo as suas próprias palavras.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Paula Barros): — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. Rui Grilo.

O Sr. Dr. **Rui Grilo**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado Hélder Amaral, antes de mais, agradeço as suas questões.

Penso que é preciso sermos muito claros na interpretação da informação, porque, de facto, estamos a falar em computadores, estamos a



falar em alunos e, às vezes, é perfeitamente natural que quem não tenha informação mais detalhada sobre estes múltiplos projectos seja induzido em erro. É por isso que aqui estamos e é com todo o gosto que dou o meu contributo, também modesto e dentro daquilo de que tenho conhecimento, para esse esclarecimento.

Em relação à meta que referiu, de existir um computador para cada dois alunos até ao fim de 2010 — ainda faltam alguns meses —, é uma meta que se refere aos computadores nas escolas, ou seja, nenhum computador distribuído no âmbito das iniciativas e.escola, seja para professores, seja para alunos, inclusive do 1.º ciclo, conta para este rácio. Esta meta foi estabelecida pelo Ministério da Educação, no âmbito do Plano Tecnológico da Educação, e ainda há pouco tempo, salvo erro em Dezembro, vi uma notícia que a reafirmava, pelo que não tenho informação de que tenha sido abandonada. Trata-se de uma meta que resulta do investimento que o Ministério da Educação está a fazer no equipamento das escolas, dotando-as dos instrumentos necessários para a aprendizagem.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Dr. Rui Grilo, peço desculpa, quero apenas dizer que, na comunicação, se referiam todos os alunos que pudessem ter acesso a um computador portátil (*Magalhães*), e é deste que estamos a falar.

O Sr. Dr. **Rui Grilo**: — Sr. Deputado, estou a referir-me a esta meta em concreto, de um computador para cada dois alunos, mas admito, naturalmente, que o texto a partir do qual o Sr. Deputado coloca a questão possa, de alguma forma, induzir em erro. Mas é exactamente por isso que estou a esclarecer que essa meta diz respeito a computadores do Ministério da Educação nas escolas e, neste momento, esse rácio, como referi há pouco, desceu de 18 alunos por computador para 5,6 alunos — são os

dados mais recentes de que tenho conhecimento. Portanto, o progresso, no sentido de se chegar a um computador por cada dois alunos, está a realizar-se e é apenas uma questão de investimento do Ministério da Educação, contributo que será realizado em sede própria.

Penso que esta Comissão ouvirá também responsáveis do Ministério da Educação, que poderão, com melhor propriedade, esclarecer se mantêm ou não esta meta, mas, de facto, é uma meta que nada tem a ver com a iniciativa e escola no seu todo.

Relativamente às escolhas de fornecedores, em concreto, para a iniciativa e escola, já tive...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — À concepção de computadores.

O Sr. Dr. **Rui Grilo**: — Essas questões têm envolventes essencialmente operacionais e de negócio, que têm a ver com a concretização da iniciativa, com a negociação comercial com os vários parceiros necessários para a concretizar. Como já tive oportunidade de referir a esta Comissão, não participei em nenhuma dessas negociações e, por isso, não posso dar mais detalhes sobre aquilo que desconheço.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Na concepção?!

O Sr. Dr. **Rui Grilo**: — Na concepção, aquilo que foi identificado foi que era necessário um computador, que um computador portátil tinha vantagens acrescidas e que importava garantir que o computador estivesse associado a alguma forma de acesso à *Internet*, de modo a que fizesse sentido numa sociedade em rede como aquela em que vivemos hoje. Portanto, existem múltiplas formas de chegar a isso.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — No e.escolinha, não, mas no e.escola...

O Sr. Dr. **Rui Grilo**: — Aliás, para o Plano Tecnológico, enquanto estrutura de coordenação, foi até motivo de grande satisfação a diversidade e pluralidade de ofertas que fizeram parte da iniciativa e.escola. Foi com muita satisfação que, em Setembro do ano passado, se verificou haver diversidade ao nível do *software*, do *hardware* e nas várias componentes do e.escola. Penso até que isto foi um contributo muito importante para o desenvolvimento da liberdade de escolha e da pluralidade e para a própria percepção, por parte de muita gente, de que existem várias opções à escolha. Não foi, com certeza, por acaso que a iniciativa e.escola, no seu todo, recebeu um prémio, precisamente por ter estimulado abertura, no âmbito do *software* e da percepção das várias opções que estão à disposição dos utilizadores.

Em relação à Aliança Microsoft *Magalhães*, como o Sr. Deputado referiu, e muito bem, na questão que colocou, foi um acordo assinado, se a memória não me falha, algures em 2008, entre o Ministério das Obras Públicas e a Microsoft e, como tal, não sendo um dos signatários, não participei na redacção, nem na negociação, desse acordo, pelo que não lhe posso dar mais detalhes em quanto à sua génese.

Pergunta-me de que forma é que a Microsoft tem colaborado para o desenvolvimento da educação. Posso dizer-lhe que existe...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — *(Por não ter falado para o microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Rui Grilo**: — Esse acordo foi assinado numa altura em que, no âmbito das funções que tinha no momento, não tive intervenção,

nem conhecimento dos seus termos. Nesta fase, como compreenderá, com dois meses de trabalho, também não foi objecto da minha atenção, até pelo tempo todo que já decorreu.

No entanto, posso dizer-lhe, como contributo para a resposta, que a Microsoft tem tido uma política de cidadania, de colaborar com o desenvolvimento de competências e capacidades entre os professores e os alunos em Portugal — ainda há pouco tempo reconheceu uma escola portuguesa como um exemplo para o mundo, ao nível da utilização da tecnologia —...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Salvo erro, em Lamego, não é verdade?!

O Sr. Dr. **Rui Grilo**: — Precisamente! Em Várzea de Abrunhais.

Da mesma forma que tem feito isso, através desses programas e através do programa Parceiros na Educação, tem havido uma política de cidadania em que, sem custos para o Estado, têm sido desenvolvidas uma série de acções da Microsoft, de formação e disponibilização de recursos, as quais fazem parte da política global de cidadania da empresa, que leva particularmente a sério a importância de contribuir para que o sistema educativo tire partido das oportunidades que a disponibilidade de recursos tecnológicos oferece.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Paula Barros): — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Dr. Rui Grilo, antes de mais, quero cumprimentá-lo, pelas informações que está disponível para dar, e tem dado, ao longo da audição de hoje.

Começo por fazer algumas perguntas para perceber e clarificar o seu percurso profissional. O Sr. Dr. Rui Grilo terá começado a sua actividade profissional em 1996; desde 1996 até finais de 2001, cerca de dois meses antes da queda do Governo de Eng.º Guterres, esteve envolvido no Governo PS; a partir daí esteve envolvido na PT, à qual foi requisitado, em Março de 2006, para, novamente num Governo PS, auxiliar no Plano Tecnológico.

Por isso, podemos concluir que, nos Governos PS, que existiram desde 1996 até agora, apenas no período entre Março de 2005 e Fevereiro de 2006 não esteve presente, porque, de resto, esteve presente em todos esses Governos. É isto, Sr. Dr. Rui Grilo?

O Sr. Dr. **Rui Grilo**: — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

A Sr.ª **Presidente** (Paula Barros): — Peço desculpa, mas era melhor que o Sr. Deputado concluísse, sem...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — O Sr. Dr. Rui Grilo terá oportunidade de esclarecer, obviamente, porque a pergunta foi directa e clara.

No âmbito das funções que teve, como Chefe de Gabinete do Plano Tecnológico, gostava que me explicasse qual o seu grau de envolvimento no Memorando de Entendimento entre o Plano Tecnológico e a Microsoft, assinado por todos os Ministros, em 3 de Outubro de 2008, onde a Microsoft, através do Plano Tecnológico, assumiu com o Governo português o desenvolvimento de vários projectos.

Gostava também de perceber, porque, há pouco, a sua resposta não foi muito clara, o significado das suas palavras quando disse que, quando

saiu das funções de Chefe de Gabinete do Plano Tecnológico no final do Governo passado, regressou à PT, de onde teria sido requisitado, e analisou as ofertas que existiam. Uma das minhas curiosidades é saber se se tratou de uma oferta, se foi alguém que lhe ofereceu uma posição e uma candidatura ou se foi ao contrário, se essa candidatura partiu da sua iniciativa.

Pergunto-lhe: no desenvolvimento do Plano Tecnológico e atendendo aos dois memorandos que existiram, houve ou não alguma tentativa para encontrar outros fabricantes de *software* que também possibilitassem a existência desses projectos? Considera, e como considera, o trabalho da Microsoft na própria existência e desenvolvimento do Plano Tecnológico?

Nesta primeira ronda de perguntas, é tudo, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Paula Barros): — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. Rui Grilo.

O Sr. Dr. **Rui Grilo**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, peço apenas a clarificação da última questão, porque, para ser franco, não percebi exactamente a pergunta.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Dr. Rui Grilo, a minha pergunta é sobre a relevância que dá à Microsoft no desenvolvimento e não tanto na própria criação mas no desenvolvimento do Plano Tecnológico, dado que, nos memorandos que foram criados sobre o assunto, e foram públicos, a Microsoft esteve directamente ligada a todo o Plano Tecnológico, desde o Memorando do dia 1 de Fevereiro de 2006 — poucos meses depois da criação do Plano Tecnológico — até ao Memorando de 3

de Outubro de 2008, cuja elaboração também terá tido, penso eu, uma pitada da sua mão.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Paula Barros): — Faça favor, Sr. Dr. Rui Grilo.

O Sr. Dr. **Rui Grilo**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado, antes de mais, agradeço as suas perguntas.

Relativamente à primeira parte da sua intervenção, penso que se tratou mais de um comentário, da sua parte, em relação ao meu percurso, dado que não encontrei, de facto, uma pergunta para dar resposta.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — É apenas para me confirmar!

O Sr. Dr. **Rui Grilo**: — Como já referi, a minha informação biográfica é pública, precisamente por causa da utilização da *Internet* e das redes sociais. Qualquer pessoa que pesquise na *Internet* consegue encontrar essas datas, que estão correctas, e é óbvio que existe uma sintonia política entre mim e os Governos do Partido Socialista,...

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Ainda bem!

O Sr. Dr. **Rui Grilo**: — ... razão que me levou a colaborar e a aceitar o convite do Prof. Carlos Zorrinho. Penso que isto é evidente e nunca foi escondido por mim, em nenhuma das minhas intervenções públicas.

Já agora, que estamos a falar no meu percurso profissional, e compreendo a curiosidade, de facto, tive o privilégio de ser convidado para várias funções, não apresentei propriamente candidatura a nenhuma delas, fui abordado e convidado e tive o privilégio de, nesta altura, poder escolher

e submeter-me ao processo de selecção da entidade que acabei por escolher. Em relação a isto, penso que não posso fazer mais comentários.

Quanto aos Memorandos de Entendimento, à sua natureza e de que forma é que são ou não importantes para o Plano Tecnológico, posso dizer-lhe, reportando-me ao período em que desempenhei funções no Plano Tecnológico, que sempre foi muito importante para o Plano Tecnológico perceber que várias empresas se associavam e reconheciam importância aos seus objectivos genéricos. A ideia do Plano Tecnológico, de que um momento de mudança como este pode servir para um país como Portugal ter um papel mais importante na economia global do que teve no passado, é muito importante. Aliás, como referi no início desta audição, faz parte da própria missão de coordenação do Plano Tecnológico promover a participação dos agentes económicos e sociais e da sociedade civil nos processos de concretização desse mesmo Plano.

Por isso, todas as entidades públicas e privadas que manifestaram interesse em colaborar, em contribuir para os objectivos do Plano Tecnológico foram acarinhadas e foram assinados memorandos de entendimento com várias entidades, com várias empresas, com todas aquelas que, com idoneidade, se disponibilizaram — e foi esta a regra para todos esses memorandos de entendimento —, no quadro da política de cidadania, a desenvolver acções de interesse público que contribuam para os objectivos do Plano Tecnológico e que não acarretem qualquer tipo de despesa para o Estado. Foi com esta base e este pressuposto que várias empresas (citou a Microsoft, mas poderia citar a Cisco, a Xerox, a Sun Microsystems, são exemplos de quatro empresas), com a mesma proposta e com o mesmo interesse em colaborar nas iniciativas e para os objectivos genéricos do Plano Tecnológico, nos abordaram e contratualizaram essa sua obrigação perante o País.



Por isso, nenhuma delas contribuiu para a agenda do Plano Tecnológico enquanto estratégia. Aquilo que fizeram foi reconhecer a importância dessa agenda para o País e identificar de que forma concreta podiam contribuir para esses objectivos. Penso que isto responde às várias perguntas que o Sr. Deputado fez, à excepção daquela que se refere ao meu envolvimento no memorando de entendimento.

Posso responder-lhe que, em relação a todos os memorandos de entendimento entre empresas e o Plano Tecnológico, este, obviamente, foi parte de coordenação e de validação se as iniciativas e as propostas dessas empresas correspondiam a interesses públicos relevantes, e, portanto, se deviam ou não fazer parte. Portanto, pessoalmente — e o Gabinete no seu todo —, acompanhei a celebração desses memorandos de entendimento, que, como lhe referi, tinham este quadro de enquadramento e eram memorandos em que entidades privadas se associavam a um interesse público e, no quadro da sua política de cidadania, assumiam compromissos para essa concretização.

*Entretanto, reassumiu a Presidência o Sr. Presidente, Miguel Macedo.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, terminámos a primeira ronda de perguntas. Vamos, então, passar à segunda ronda.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Rui Grilo, algumas das questões que quero colocar decorrem de afirmações que aqui proferiu e da discussão que temos feito.

Já ficou claro e compreendido que o Sr. Dr. Rui Grilo, quando terminou as suas funções no Plano Tecnológico, regressou à PT por um

breve período e, depois, assumiu funções na Microsoft. Disse, há pouco, que agora contacta com todas as entidades públicas e privadas na área da educação, tendo em conta as funções que desempenha na Microsoft, onde é responsável por esta área.

Concretamente, isto significa (parece-me que sim, mas queria que confirmasse) que agora, enquanto responsável da Microsoft nesta área, tem a função de contactar e de representar a Microsoft junto do Governo, junto da Fundação para as Comunicações Móveis, junto dos operadores de telecomunicações nas matérias que dizem respeito ao Programa e.escola? Esta é uma das funções que lhe está atribuída enquanto responsável da Microsoft pela educação, neste Programa e.escola em concreto?

Em segundo lugar, enquanto responsável...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Bruno Dias, é apenas para fazer uma nota: o Sr. Dr. Rui Grilo não está cá na qualidade de funcionário ou de quadro da Microsoft, está cá na qualidade...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, quero só clarificar, pela minha parte, que não vou fazer perguntas sobre o conteúdo das conversações...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, não quero condicionar as perguntas. Estou só a dizer que o Sr. Dr. Rui Grilo está cá na qualidade de ex-Coordenador Adjunto do Plano Tecnológico.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Está, sim, senhor. Um ex-Coordenador Adjunto do Plano Tecnológico que, agora — e sem nenhum acinte digo isto —, está sentado do outro lado da mesa nas negociações feitas com uma das empresas. É perfeitamente natural que se queira clarificar isto, e não se

trata de questionar sobre o conteúdo das conversações ou das negociações, porque o Sr. Dr. Rui Grilo não representa a empresa neste momento, está aqui na qualidade de ex-Coordenador Adjunto do Plano Tecnológico.

Já agora — e esta é uma das questões que coloco ao Dr. Rui Grilo — , não havendo, para este tipo de funções públicas, o chamado período de nojo oficial de três anos que se aplica a um conjunto vasto de funções, formalmente o problema não se coloca em termos legislativos ou legais, mas há aqui uma mudança de posição no relacionamento entre as entidades públicas e privadas que temos, com certeza, interesse (pelo menos, nós temos, não sei se à volta desta mesa mais alguém terá) em clarificar.

Depois, aqui, sim, já enquanto responsável, enquanto Coordenador Adjunto do Plano Tecnológico, que papel teve o Dr. Rui Grilo na relação com a Microsoft? Como há pouco foi dito, houve contratos e compromissos da parte do Ministério das Obras Públicas junto da Microsoft que o senhor diz que não conheceu, que não acompanhou, que não interveio e que, sempre que o assunto estava em cima da mesa nas suas conversações com a Microsoft, encaminhava-o para as pessoas responsáveis no âmbito do Ministério. Independentemente deste aspecto, tal como há pouco se disse, há aqui uma abordagem muito ampla e muito directa do Plano Tecnológico com a Microsoft, que é uma das empresas com mais destaque no Plano Tecnológico, até nos seus relatórios e nos documentos oficiais.

Como é que se explica, do ponto de vista do posicionamento dos responsáveis do Plano Tecnológico, a atitude de carinho (falou em acarinhar a disponibilidade), que, do ponto de vista humanista e das relações pessoais, é muito saudável e desejável, com que o Estado português, por via do Plano Tecnológico, lidou com uma grande empresa, uma empresa que tem uma posição dominante de mercado, que tem, naturalmente, uma estratégia comercial e que cumpre o seu papel enquanto

entidade privada? Como é que se explica esta atitude de carinho (a palavra foi sua) na relação e na articulação de compromissos escritos que vinculam os Ministérios, que vinculam o Estado português, perante uma empresa que, ao longo do tempo, traduz essa relação numa actividade comercial concreta, no fornecimento de bens e serviços? Aliás, falou-se, há pouco, por mais do que uma vez, num memorando de entendimento de 2008, relativamente ao qual o senhor disse que teve o papel de coordenação e validação ao nível do Plano Tecnológico. É neste memorando de entendimento de 3 de Outubro de 2008 que se refere especificamente a disponibilização, por parte da Microsoft, de *software* para o *Magalhães*, da *suite* Microsoft Magalhães, das plataformas digitais Microsoft e do apoio técnico necessário à iniciativa Magalhães. Ora bem, deste ponto de vista, em que enquadramento de contratação e de relacionamento comercial é que se pode considerar este compromisso assumido pelo Estado, pelo Governo português e pelo Plano Tecnológico, através do seu coordenador, com uma empresa que tem uma posição dominante de mercado? Gostava que esclarecesse esta matéria.

Finalmente, volto à pergunta que coloquei no início sobre o apoio do Plano Tecnológico ao lançamento, por agentes privados, do tal pacote de computadores e ligações à *Internet* em banda larga e que aconteceu em Janeiro de 2006. O Sr. Dr. Rui Grilo disse que, nessa altura, ainda não exercia funções no Plano Tecnológico. Esta matéria, em Janeiro de 2006, reportava-se ao lançamento do programa, à sua apresentação pública. Em Janeiro de 2006, dava-se o apoio ao lançamento do programa.

Pergunto: depois de Janeiro de 2006, e durante o tempo em que exerceu funções no Plano Tecnológico, alguma vez tomou contacto com o *dossier* que diz respeito ao apoio, pelo Plano Tecnológico, à estratégia de lançamento, pelos privados, destes pacotes de computadores e de ligação à *Internet* de banda larga?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Rui Grilo.

O Sr. Dr. **Rui Grilo**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Bruno Dias, muito obrigado pelas suas questões.

Em relação às várias perguntas concretas que me colocou, só posso reafirmar aquilo que já afirmei a esta Comissão, que, nos acordos com qualquer uma das empresas que forneceram e que tiveram relações comerciais no âmbito dos Programa e.escola e na negociação comercial que levou a esses acordos, não tive qualquer participação.

Por isso, à referência do Sr. Deputado, que diz que eu passei de um lado para o outro da mesa, eu digo que posso ter-me sentado a uma mesa na qual não estava sentado antes, porque nas relações comerciais de negociação, entre uma empresa e o Governo português, eu não estive presente, não participei e não tive qualquer intervenção. Por isso, não sinto nenhum impedimento. O Sr. Deputado referiu, e muito bem, que não existia nenhum impedimento legal para a minha escolha profissional. Sinto que, do ponto de vista ético, também não existe qualquer tipo de impedimento para, livremente, eu escolher o meu desafio profissional seguinte, depois destes quatro anos de serviço público. Portanto, é com toda a naturalidade e tranquilidade que desempenho as funções que tenho actualmente, o que, aliás, que me levou a que fosse eu próprio a torná-las públicas de forma perfeitamente transparente, como o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares ainda há pouco recordou.

Em relação ao carinho (passando do verbo para o substantivo, de acarinhar para carinho) com que encarámos os contributos das várias empresas, devo dizer-lhe que esse carinho foi equilibrado e que se em alguma área esse carinho foi especial foi, por exemplo, na promoção, na área do *software*, da diversidade de ofertas. Posso recordar, por exemplo,

que foi particularmente acarinhada a realização de vários encontros de *software* livre na Administração Pública, a edição de CD de *software* livre na educação, o Dia do *Software* Livre na Escola, com a participação activa e organizativa do próprio Gabinete do Plano Tecnológico.

Portanto, o carinho que dedicámos à disponibilidade de grandes empresas multinacionais foi o mesmo que dedicámos às estruturas associativas de pequenas empresas nacionais. Foi sempre um princípio fundamental da acção do Gabinete do Plano Tecnológico dar um tratamento igual àquilo que é igual e o estar disponível da mesma forma para todas as entidades, todos os agentes económicos e sociais, que, de forma idónea, se dirigiram a nós e ofereceram a sua disponibilidade para contribuírem para os objectivos do Plano Tecnológico. É com muito agrado que vimos resultados destas colaborações.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, posso pedir só um esclarecimento?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Não existiu da vossa parte nenhuma iniciativa no sentido de, por exemplo, o *dual boot* no e.escola ser uma realidade, para que o *software* livre fosse disponibilizado para todos os computadores, como veio a acontecer depois com o *Magalhães*, por acção do Ministério da Educação? Esta questão foi colocada inicialmente pela vossa parte, correspondendo a à preocupação que agora afirmou?

O Sr. Dr. **Rui Grilo**: — Sr. Deputado, como já referi, não participámos na concretização da iniciativa, nem da discussão dos produtos de *hardware* e de *software* concretos que fazem parte dos computadores

distribuídos nessas iniciativas. Portanto, o que posso dizer é que as várias entidades empresariais que nos contactaram sobre essa matéria foram reencaminhadas e tiveram expressão própria.

Posso também dizer que foi com muito agrado que o Gabinete do Plano Tecnológico assinalou a diversidade de escolha, quer ao nível de *hardware* quer ao nível de *software*, no âmbito do Programa e.escola, que, como é do seu conhecimento, foi até premiado pelas empresas de *software* livre em Portugal.

Portanto, penso que as entidades competentes para essa matéria, que não foi o Gabinete do Plano Tecnológico, terão procedido de forma muito aberta, tanto que foram premiadas por isso, algo que foi motivo legítimo de satisfação de quem acompanha e monitoriza os resultados dessas políticas.

Por último, para não deixar nenhuma questão colocada pelo Sr. Deputado Bruno Dias por abordar, em relação ao programa de Janeiro de 2006 ou de Dezembro de 2005, como já tive oportunidade de dizer, eu estava na dúvida se tinha começado a colaborar com o Plano Tecnológico em Fevereiro ou Março, mas o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares esclareceu-me, dizendo que foi em Março. De facto, não conheço qual é o pacote em concreto de PC com ligação àquilo que se refere. Naturalmente, não deve ter tido muito sucesso, porque o e.escola, enquanto iniciativa, só foi lançado, como o Sr. Deputado sabe, em meados de 2007 e só a partir daí é que desenvolveu a sua actividade. Portanto, terá sido, com certeza, alguma iniciativa privada com o objectivo meritório de contribuir para que mais pessoas tivessem acesso a computadores com *Internet*. Com os dados que me forneceu não consigo localizar qual é, e, no período temporal a que se refere, também não exercia funções no Gabinete do Plano Tecnológico, por isso é-me difícil dar mais detalhes sobre uma coisa que não consigo localizar, nem conheço.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Gonelha.

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Rui Grilo, Caras Deputadas e Caros Deputados, muito boa-tarde.

Penso que todos nós devemos congratular-nos pelo facto de o Estado poder ir buscar quadros que são nitidamente uma mais-valia para as funções, e, quanto a isto, penso que ninguém colocará em causa. Portanto, o Estado teve o privilégio de contar, durante algum tempo, e bem, com um quadro com a experiência e com o currículo que o Dr. Rui Grilo aqui nos apresentou. Ora, uma pessoa com experiência do sector privado e do sector público é, obviamente, uma pessoa com uma experiência muito mais vasta do que aqueles que ou só trabalham no sector público ou só trabalham no privado. Temos aqui várias pessoas que já trabalharam nos sectores público e privado, e uma das acusações que, muitas vezes, a população faz aos políticos é a de que não têm experiência no sector privado. Ora, eu penso que o currículo do Dr. Rui Grilo vale por si!

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — *(Por não ter falado para o microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — Pode falar por si, porque eu estive muitos anos no sector privado.

Portanto, acho que o currículo do Dr. Rui Grilo acho que está perfeitamente claro para todos e já aqui foram feitas, rebatidas e refeitas, muitas perguntas. O Dr. Rui Grilo já aqui expôs a sua experiência e a sua mais-valia.

Passo às perguntas muito concretas. Houve memorandos de entendimento entre o Plano Tecnológico e as várias empresas de fornecimento de *hardware*, de *software*, etc., que queriam contribuir para o



desenvolvimento do Plano Tecnológico. Além do memorando de entendimento com a Microsoft, que outras empresas de *software* pode aqui enunciar que também tenham assinado um memorando de entendimento com os diversos Ministérios para cumprir ou contribuir para o Plano Tecnológico? Que mais-valias esses memorandos trouxeram para um maior desenvolvimento da sociedade da informação?

São estas as perguntas que aqui quero deixar.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. Rui Grilo.

O Sr. Dr. **Rui Grilo**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Gonelha, muito obrigado pelas suas questões.

Para além do exemplo já citado, houve outras empresas que celebraram memorandos de âmbito semelhante e que envolveram vários Ministérios, como, por exemplo, a Cisco, a Sun Microsystems, a Xerox Corporation. Estas empresas abordaram o Plano Tecnológico no sentido de colaborar.

Num âmbito mais restrito, ao nível ministerial, também é de assinalar, por exemplo, que o Plano Tecnológico de Educação tenha reunido um conjunto ainda mais alargado de empresas no sector tecnológico para as Academias TIC e para dar conteúdos de formação para as escolas, onde se incluía, por exemplo, uma Apple e outros fabricantes que não tenho presente, mas lembro-me de que eram cerca de seis. Houve, ainda, muito mais empresas a contratualizarem, por exemplo, com o Ministério da Educação, o Programa Estágios Profissionais, que permitiu que os nossos jovens, no fim do ensino secundário, também pudessem ter acesso a estágios nessas empresas e aí obter uma mais-valia, quer decidissem enveredar imediatamente por uma carreira profissional, quer

decidissem continuar o seu percurso de estudos no ensino superior. Por isso, penso que um dos factores mais inovadores do Plano Tecnológico — e isto foi-nos dito por vários responsáveis de múltiplas empresas — foi, precisamente, a forma como se reconhecia que era importante para um país como Portugal levar muito a sério este momento de mudança global e assinalar, como positivo e como factor de confiança no país e na determinação das pessoas com responsabilidades no país, a importância que era dada, em Portugal, a estas matérias e à qual também não é alheia a importância que esta Câmara dá ao acompanhamento destes assuntos.

Por isso, Portugal pode orgulhar-se de dar uma particular atenção às implicações que este momento de mudança, no qual a tecnologia desempenha um papel importante para o nosso País... Como português, desejo que esta atenção tenha como resultado que o nosso País esteja melhor preparado e que consiga tirar partido desse momento de mudança, para quando a geração de jovens que, hoje, estão nas escolas e têm acesso a oportunidades diferentes da geração que os antecedeu chegarem ao mercado de trabalho se constituam como um motor de mudança de actualização da nossa sociedade e nos façam atingir os níveis de desenvolvimento que todos pretendemos para o nosso País.

São estas as preocupações, é este o quadro, é esta a importância do envolvimento da sociedade civil, porque, num plano como o Plano Tecnológico, numa estratégia de desenvolvimento de um país, é impossível pensar que basta a actuação dos actores públicos. É preciso que os objectivos, a que os actores públicos se propõem, tenham eco e sejam reconhecidos como verdadeiros por entidades independentes privadas, com os seus próprios interesses legítimos, e ao reconhecê-los e ao manifestarem vontade de se associarem dão um endosso de importância a esses objectivos e mostram que os poderes públicos também não estão isolados,

nem sozinhos, nesse caminho, que é colectivo, é de todos, para um País mais desenvolvido.

O Sr. **Presidente**: — Se me for permitido, quero colocar aqui uma questão ao Sr. Dr. Rui Grilo.

Nos memorandos de entendimento que vi — de resto, ontem, alguns deles foram aqui discutidos —, há um conjunto de questões que são muito relevantes e cuja tradução financeira, digamos assim, não é possível fazer num momento em que se fazem os memorandos de entendimento.

A pergunta que quero fazer é no sentido de perceber qual foi o enquadramento que determinou a celebração destes memorandos de entendimento.

Alguns dos memorandos de entendimento têm o tipo de questões que o Sr. Dr. Rui Grilo acabou de assinalar, ou seja, propiciar estágios profissionais a jovens, favorecer o acesso à tecnologia, à banda larga e disseminar, o mais possível, pela sociedade, pelas famílias, pelos estudantes, pelos professores, o que seja. Tudo isto é muito relevante.

No caso concreto destas empresas, que são empresas de *software* ou empresas de fornecimento de *hardware*, nesses memorandos de entendimento, eu não vi, ainda que indiciariamente, que se apontasse para uma espécie de «desconto de quantidade», digamos assim. Estamos a tratar, no conjunto, por exemplo, nos Programas e.escola e e.escolinha, de mais de 1 200 000 computadores com *software*, e quem conhece este tipo de procedimentos sabe que o «desconto de quantidade» é habitual, digamos, no licenciamento destes produtos.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — (*Por não ter falado para o microfone, não foi possível registar as palavras do orador*).

O Sr. **Presidente**: — Não, eu vou citar. Eu não estou a dizer que não houve esse desconto, estou a dizer é que essa prática de desconto de quantidade é habitual nas empresas. O que quero dizer é que esses memorandos de entendimento não apontaram nesse sentido.

Pergunto: como é que, no fim deste processo, podemos avaliar que o resultado destes memorandos de entendimento, com estas empresas de *software*, se traduziu num ganho que significa desconto para o cliente final de  $x$  em relação àquilo que era possível fazer de outra forma, no âmbito de um programa destes?

Não sei se me fiz entender, mas a questão é: para uma tão grande quantidade como esta, o benefício que as empresas têm em fazer um memorando de entendimento com entidades ligadas ao sector público, mas também podem ser do sector privado, resultou num benefício financeiro — não estou a falar dos outros que são evidentes — de quanto? É possível estimar isto? É possível traduzir em quanto é que o cidadão, o consumidor final destes produtos, pagou a menos do que teria pago se não houvesse estes memorandos de entendimento?

O Sr. Dr. **Rui Grilo**: — Sr. Presidente, agradeço-lhe essa questão, até porque me permite esclarecer melhor o âmbito desses memorandos de entendimento, porque posso não ter sido completamente claro.

Os aspectos de descontos de quantidade são questões comerciais, são questões negociais. E, como tive a oportunidade de explicar, essas questões estavam banidas de todos os memorandos de entendimento que foram estabelecidos no âmbito do Plano Tecnológico. Nenhuma questão de preço, nem de quantidades, por serem questões comerciais que implicam uma relação cliente/fornecedor, está reflectida em nenhum dos memorandos globais de entendimento que referi.

O Sr. **Presidente**: — Isso, eu constatei!

O Sr. Dr. **Rui Grilo**: — E bem!

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Claro!

O Sr. Dr. **Rui Grilo**: — Mal seria se **misturássemos a vocação desses memorandos** de entendimento, que são entidades empresariais, que, no âmbito da sua política de cidadania, dizem que têm um programa de formação, que têm conteúdos gratuitos que podem disponibilizar, que têm *software* gratuito que querem colocar à disposição e que, com isso, estão a dar o seu contributo de cidadania para darem acesso ao conhecimento que podem dispor, com outra coisa completamente diferente, que é a negociação que o Estado e essas empresas, e outras, podem estabelecer do ponto de vista comercial, e aqui, sim, nesta negociação comercial deve estar reflectido, obviamente, esse tipo de questões. Como já tive oportunidade de explicar, essas negociações comerciais não passaram pelo Gabinete de Coordenação do Plano Tecnológico e, portanto,...

O Sr. **Presidente**: — Foram os pontos focais em cada um dos Ministérios?

O Sr. Dr. **Rui Grilo**: — Foram as entidades responsáveis pela execução de cada medida, porque, como todos sabemos, na Administração Pública, quem tem a responsabilidade de execução é que também tem a responsabilidade de fazer a contratação, sejam essas entidades públicas ou privadas.

Portanto, aquilo que o Sr. Presidente acabou de referir é, de facto, a prova real de que, com estes memorandos de entendimento, conseguimos

fazer um bom trabalho em «separar as águas». São entidades comerciais, que têm interesses comerciais, mas que, aqui, não estão nesta «pele»; estão na «pele» de actores interessados em, com as suas acções, no âmbito de política de cidadania, contribuir para um projecto de desenvolvimento de um País que reconhece importância a essas acções.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, é apenas para precisar e pedir resposta a uma pergunta que fiz na primeira ronda e que nada tem a ver com negociações (já sei que o Sr. Dr. Rui Grilo nada tem a ver com isso), mas que não ficou esclarecida.

O Plano Tecnológico, na lógica de coordenação dos vários Ministérios que estavam envolvidos nestes vários programas, era ou não o responsável pela promoção do conjunto de programas? Se sim, quais são os valores e a origem dos fundos? Acredito que, em relação à origem dos fundos e aos valores, também possa dizer que não esteve na mesa das negociações, e eu aceito isto como uma boa resposta.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Ontem, não era objecto de inquérito e hoje já é?!

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. Rui Grilo.

O Sr. Dr. **Rui Grilo**: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Deputado Hélder Amaral, antes de mais, peço-lhe desculpa, recordo-me dessa questão e, de facto, falhei na minha anotação para garantir também uma resposta.

O Gabinete do Plano Tecnológico, naturalmente, não teve responsabilidades de promoção destes programas. Aliás, foi público e notório, como foram os próprios operadores quem sentiu a necessidade de promover a sua participação nesse programa, porque eram programas concorrenciais. Portanto, eu, como qualquer cidadão, vi muita publicidade a esses programas oriunda de quem os estava a executar.

Aquilo que o Plano Tecnológico fez, na sua política de transparência e na apresentação de resultados do Plano Tecnológico, foi mencionar os dados de execução, mencionar o racional, o objectivo, a importância que tem este tipo de acções, genericamente, para o desenvolvimento de um país, e, aqui, fizemos a nossa comunicação. Não se tratou de promoção e, portanto, não existia, naturalmente, qualquer orçamento associado a isto no Gabinete de Coordenação do Plano Tecnológico.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, permita-me a interrupção só para precisar?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Rui Grilo, a presença do Coordenador do Plano Tecnológico na distribuição de vários milhares de computadores *Magalhães* — está referido na cerimónia de que falei há pouco — foi apenas uma presença de colaboração simbólica de quem, não sabendo nada, ainda assim, esteve na distribuição e até deu um dado: queria que, em 2010, houvesse um computador por cada dois alunos.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. Rui Grilo.

O Sr. Dr. **Rui Grilo**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Hélder Amaral, a distribuição dos computadores envolveu um conjunto alargado de membros do Governo, como é conhecido.

Como é natural, fazendo essa medida parte do portfólio de medidas do Plano Tecnológico, maior era a propriedade, pelo que o Coordenador do Plano Tecnológico não podia alhear-se a um momento simbólico com essa importância. E, nessa circunstância, referiu objectivos associados ao Plano Tecnológico, onde se incluía aquele que mencionou.

Portanto, penso que não podemos confundir a participação num evento associado a uma iniciativa que faz parte do Plano Tecnológico com o assumir uma responsabilidade global de promoção e de publicidade desse evento. São duas coisas distintas, e eu penso que o Sr. Deputado compreende.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Rui Grilo, voltando ao protocolo do dia 3 de Outubro de 2008, onde, como já foi referido, é indicada a iniciativa *Magalhães*, pergunto se existiu mais algum protocolo com uma outra entidade, onde fosse referida a iniciativa *Magalhães*, ou algum envolvimento dessas entidades na iniciativa *Magalhães*, no âmbito do Plano Tecnológico.

Para perceber a transição profissional que existiu — e sei que esta pergunta, Sr. Presidente, sai do âmbito da presença do Dr. Rui Grilo, mas fica no âmbito da Comissão de Inquérito —, vou fazer uma pergunta e aceito o repto que der sobre ela.

Em relação às alterações profissionais que existiram, gostava de



saber se, actualmente, do lado da Microsoft, as suas actividades têm algum relacionamento para com alguma das iniciativas do Programa e.escola. Se a resposta for «sim», pergunto: têm algum envolvimento no relacionamento entre a Microsoft e a Fundação para as Comunicações Móveis, no âmbito dos protocolos que foram realizados entre a Microsoft, o Governo e a Fundação para as Comunicações Móveis? E, se a esta pergunta a resposta for «sim», pergunto: tem sido prática da Fundação entregar à Microsoft os relatórios mensais a que a Fundação se havia comprometido no âmbito desses protocolos? Se a prática não tem sido esta (se tiver conhecimento disto), qual é o posicionamento da Microsoft sobre essa falha no protocolo?

*Protestos do Deputado do PS Ramos Preto.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos proceder como temos feito em relação a esta matéria. Já sinalizei esta questão, aquando da intervenção do Sr. Deputado Bruno Dias, e, portanto, deixo ao critério do Dr. Rui Grilo responder, ou não, às questões colocadas que não têm a ver directamente com a matéria do inquérito.

Assim, tem a palavra, Sr. Dr. Rui Grilo.

O Sr. Dr. **Rui Grilo**: — Sr. Presidente, em relação à primeira questão do Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, sobre o protocolo do dia 3 de Outubro de 2008, lamento, mas precisava de alguma precisão, porque a questão é tão genérica... Até porque, no dia 3 de Outubro, foram assinados dois documentos: um memorando de entendimento entre o Governo português e a Microsoft, no âmbito do Plano Tecnológico, que, como já referi, eram as questões de cidadania e de colaboração genérica com o Governo, onde, naturalmente, o Gabinete do Plano Tecnológico teve o seu papel; e, em paralelo, um outro documento, também já aqui mencionado por um outro

Sr. Deputado, entre o Ministério das Obras Públicas e a Microsoft, no qual não tive intervenção.

Em primeiro lugar, não sei a qual dos dois documentos se refere e, em segundo lugar, não percebo exactamente a que se refere a pergunta que formulou para poder responder de forma cabal.

O Sr. **Presidente**: — Quer precisar a pergunta, Sr. Deputado Pedro Filipe Soares?

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Dr. Rui Grilo, um dos pontos referidos no memorando de entendimento entre o Governo, o Plano Tecnológico e a Microsoft diz mesmo «Iniciativa Magalhães/e.escolinha», no qual a Microsoft indica que desenhará e implementará recursos de formação *online* para toda a comunidade e programas para estudantes e professores que ilustrem a utilização da TIC num contexto educativo. Por isso, temos aqui uma identificação clara de acções que a Microsoft se compromete desenvolver com o Governo, no âmbito do Plano Tecnológico referente especificamente à iniciativa *Magalhães/e.escolinha*.

A pergunta é no sentido de apurar se, no âmbito de todos os Programas e.escola — em particular, o e.escolinha — e nos memorandos de entendimento que o Plano Tecnológico levou a cabo, existiram mais entidades que tenham assumido compromissos perante o Plano Tecnológico.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Rui Grilo.

O Sr. Dr. **Rui Grilo**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, em relação a essa questão em concreto, de facto, houve a concretização do que estava contratualizado e foi, inclusivamente, criado

um *site* de suporte a essa iniciativa que permitiu a formação de professores, a formação *online*, o acesso a plataformas de formação, o desenvolvimento do programa Parceiros na Educação, que levou à distinção da escola já aqui mencionada. Ou seja, houve todo um conjunto de acções que procurou contribuir para que a comunidade escolar estivesse melhor preparada para tirar partido dos computadores que tinha ao seu dispor.

Penso que isto aponta num sentido de uma reflexão que me parece extremamente importante e que é esta: ter instrumentos à disposição é apenas o primeiro passo numa iniciativa deste tipo. E, por isso, agora que ter acesso ao computador é uma barreira que foi removida, o importante é que a nossa comunidade educativa, os professores e os alunos, tire o melhor partido possível desses meios e que se reflecta essa utilização em maior sucesso escolar e em maior sucesso para cada uma dessas crianças. É, pois, com grande esperança que espero que esta geração de portugueses chegue ao mercado de trabalho.

Em relação às questões sobre o relacionamento entre a Microsoft e as várias entidades no âmbito do Programa e.escola, não estando eu, de facto, aqui nessa qualidade e sabendo até que várias pessoas serão aqui chamadas em representação da empresa, naturalmente deixo essa resposta para essas pessoas, que estarão melhor habilitadas do que eu, visto que cheguei há pouco tempo à empresa. Esses são detalhes que poderão ser respondidos, melhor, do que por mim, por outras pessoas.

O Sr. **Presidente**: — Não havendo mais inscrições, agradeço ao Sr. Dr. Rui Grilo a colaboração que deu à Comissão de Inquérito e também o trabalho dos Srs. Deputados.

Terminamos por hoje os nossos trabalhos, e a próxima reunião realizar-se-á na terça-feira, da parte da tarde, conforme a agenda que vão receber pela via habitual, ou seja, através do *e-mail* de cada um.

Está encerrada a reunião.

*Eram 17 horas e 5 minutos.*